



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7092 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

POLÍTICA DO IMPROVISO: A INTERSETORIALIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DURANTE A PANDEMIA

Edson Cordeiro dos Santos - PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Eline Moreira Ferreira de Oliveira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

Stephani Oliveira Coelho - UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

POLÍTICA DO IMPROVISO: A INTERSETORIALIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DURANTE A PANDEMIA

A Educação vive ao longo do ano de 2020 momentos peculiares decorrentes da pandemia por Covid-19 que culminou, dentre outras ações, com a suspensão das aulas e o fechamento das escolas no mês de março, sem a previsão de reabertura. Esse cenário escancarou inúmeras desigualdades educacionais que as pesquisas na área da Educação já apontavam e fez com que os municípios criassem outras formas de lidar com o atendimento educacional, especialmente, com a execução de uma proposta pedagógica fora dos muros da escola e a oferta de alimentação. Essas ações foram acompanhadas por órgãos como Ministério Público e Defensoria Pública e aconteceram de maneira diferenciada dentre os municípios. Neste texto trataremos sobre a intersectorialidade nas políticas educacionais no âmbito da Educação Infantil (EI) durante a pandemia e as formas de controle e acompanhamento das mesmas. A EI sofreu diversas mudanças através do tempo para alcançarmos as concepções que possuímos na atualidade, sendo considerada como a primeira etapa da Educação Básica.

Centrado em uma perspectiva de caráter “meso” (Secretarias de Educação), a metodologia de pesquisa utilizada foi a revisão de literatura sobre políticas públicas, em especial, a fase de implementação, utilizando como referencial teórico autores como Azevedo (2003), Arabage *et al.* (2018) e Pires (2019). Além disso, foi realizada uma pesquisa eletrônica nos *sites* e redes de compartilhamento dos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias para observar quais foram as políticas públicas de enfrentamento à pandemia por Covi-19 que tinham relação direta (ou indireta) com a EI pública. As referidas cidades foram escolhidas pelo conceito de que municípios semelhantes (população, PIB) podem se movimentar de forma diferente em relação ao acesso na EI, por terem grande número de matrículas, e, no caso do Rio de Janeiro, por seu papel de indutor de políticas públicas em municípios menos populosos.

A política pública é “[...] tudo que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões.” (AZEVEDO, 2003, p. 38). Para conseguir efetividade, a política pública por demanda nova precisa entrar na fase de “formação da

Agenda”, que, de acordo com Caldas (2008), constitui na seleção das prioridades, sendo a primeira fase de elaboração da política pública, que pode ser facilitada pela pressão dos movimentos sociais e pode (e deve) trazer também o legislativo e o executivo para a discussão. Para o autor, as demais fases seriam: Formulação de Políticas, Tomada de Decisão, Implementação e Avaliação. O presente texto está relacionado à análise da fase de implementação, que, de acordo com Arabage *et al.* (2018), “consiste em programar em detalhes o que será feito, o que se espera que aconteça como resultado de cada ação e o que se necessita agenciar e disponibilizar de modo a assegurar a sua realização.” (p. 54). Em âmbito federal, no mês de agosto, foi publicada a lei 14.040/2020 que dispensa as escolas de cumprir os 200 dias letivos. Diante dessa conjuntura atípica, de fechamento das escolas sem previsão de reabertura e modificações no calendário escolar, forçou os municípios a acelerarem essas fases da política e desencadearam um contexto em que as ações são colocadas e alteradas em um curto espaço temporal sem a possibilidade de avaliação e monitoramento das mesmas.

Estão crescendo no Brasil os estudos sobre a implementação de políticas públicas e a temática das desigualdades sociais, tais como, na Economia (renda, pobreza), na Sociologia (classes, gênero, raça, território etc.) e na Educação (oportunidades e resultados educacionais). Assim, urge, nos pressupostos de Pires (2019), buscar o diálogo entre essas áreas, ou seja, colocar o desafio, tanto teórico quanto empírico, pensando nesse encaixe e definindo como objeto intermediário a ideia de pensar como contatos cotidianos entre segmentos vulnerabilizados da população e as políticas públicas voltadas para o público em questão podem em alguma medida interferir nos padrões de produção e reprodução de desigualdades sociais.

Pires (2019) nos traz que “os contatos cotidianos entre os segmentos vulneráveis da população e os serviços e as políticas públicas podem, em algumas circunstâncias, contribuir para reforçar (ao invés de mitigar) vulnerabilidades e formas de exclusão, perpetuando, assim, desigualdades sociais já existentes.” (p. 14). Ao longo do período fechamento das escolas, municípios com grande população em idade escolar como Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói, por exemplo, escolheram implementar políticas no sentido de elaborar atividades pedagógicas que pudessem ser realizadas pelos discentes com o apoio de suas famílias, sem a orientação direta por um professor, e criaram diferentes formas de oferecer alimentação às crianças, seja por meio de repasse de valores ou por concessão de cestas básicas. Por exemplo, em todos os municípios pesquisados neste trabalho aparecem as atividades não-presenciais, não sendo possível verificar o alcance das mesmas e quem pode – ou não pode – acessar as atividades, pois, nem todas as crianças possuem as condições ideais para o acesso às plataformas digitais, tanto de espaço físico como de equipamentos, bem como à *Internet*, reforçando as desigualdades já existentes.

Com relação às atividades, foram propostos vídeos e envio de materiais a serem impressos sem obrigatoriedade de execução e sem a intermediação dos professores. Já com relação à alimentação, existia a necessidade de repasse de verbas de merenda às famílias e, apesar da fonte de recursos ser proveniente de um programa do governo federal, cada um dos municípios pesquisados elaborou formas e valores muito diversos para efetuar tal repasse. Esses dois aspectos foram alvos de expedição de recomendação e de ações civis públicas movidas pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público para garantir o cumprimento das leis e o direito das crianças à uma Educação adequada a sua faixa etária, como exemplo, ao recomendar o cuidado com o tempo de exposição das crianças aos aparelhos eletrônicos e fiscalizar sobre o uso de verba proveniente do Programa de Alimentação Escolar em vez de verba da Educação para o repasse de merenda durante a suspensão das aulas.

É possível observar que as principais políticas educacionais foram tentativas de contenção da propagação do *Coronavírus* nos ambientes escolares a partir do distanciamento

social e de alguma forma de atendimento remoto às crianças por meio de aplicativos, plataformas ou envio de vídeos às crianças. Ao mesmo tempo, a preocupação com a saúde e a alimentação das crianças foi exaltada, permeada pela interlocução dos gestores municipais com o Ministério Público e a Defensoria Pública no sentido de fiscalizar e induzir a promoção de políticas públicas. Por isso a necessidade de problematizar as ações propostas e verificar que desigualdades foram (re)produzidas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Pandemia Covid-19. Políticas Públicas. Intersetorialidade.

REFERÊNCIAS

ARABAGE, A. C. *et al.* (Elaboração). *Guia para Avaliar Políticas Públicas*, volume 1. A política é nova? Avaliação ex ante! Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2018.

AZEVEDO, S. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. *In: SANTOS JUNIOR, O. A. et al. Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais.* Rio de Janeiro: Fase, 2003.

CALDAS, R. W. (Coord.). *Políticas Públicas: conceitos e práticas.* Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CARVALHO, A. I. *et al.* *Gestão em saúde: curso de aperfeiçoamento para dirigentes municipais de saúde: programa de educação a distância.* Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: UnB, 1998, vol. I.

PIRES, R. R. C.. Introdução. *In: _____ (Org.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas.* Rio de Janeiro: Ipea, 2019.